

Boletim sobre o processo de paz em Moçambique



EUROPEAN PARLIAMENTARIANS
FOR (SOUTHERN) AFRICA

Prins Hendrikkade 48
1012 AC Amsterdam The Netherlands

Número 20 - Março de 1997

Editor: Joseph Hanlon

O material pode ser reproduzido livremente (mencionando a fonte)

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa Austral

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam Holanda
Tel: (31) 20 - 524 56 78 Fax: (31) 20 - 622 01 30
e-mail: awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo Moçambique
Tel: (258) 1 - 418603, 418608, 418626 Fax: (258) 1 - 418604
e-mail: awepa@awepa.uem.mz

Nova data: 30 de Junho

Eleições autárquicas adiadas por 1 mês

As eleições municipais foram adiadas para Terça-feira dia 30 de Junho, depois de se terem registado problemas no recenseamento, boicotes por parte da Renamo e reclamações por parte dos pequenos partidos. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) decidiu sobre o adiamento no dia 12 de Março, e o Presidente Chissano concordou na conferência de imprensa do dia 13 de Março.

As eleições serão realizadas em 33 cidades e vilas, e tinham sido programadas para o dia 29 de Maio. Seis partidos, três coligações, e seis listas de cidadãos locais propuseram-se concorrer para as eleições locais dentro do prazo original da CNE de 26 de Fevereiro. (veja página 3) A Renamo não aceitou registar-se.

É bem possível que o novo prazo para o registo de partidos venha a ser o dia 29 de Março.

Os três membros da Renamo na CNE retiraram-se em Janeiro, depois de afirmarem que o presidente da CNE, Leonardo Simbine, não levou a sério as suas preocupações. (Veja página 6)

Numa conferência de imprensa do dia 17 de Março, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, realçou o seu desejo de participar nas eleições locais, evitando assim que se volte ao tipo de eleições monopartidárias da Frelimo dos anos 1980. Ele realçou que mais concessões seriam necessárias; mas parece

que as reclamações da Renamo, agora reduzidas, podem ser satisfeitas. (Veja página 2)

Dhlakama preocupado com 1999

Em entrevista ao Boletim (veja página 5), o Presidente da Renamo Afonso Dhlakama tornou claro que a retirada da Renamo das eleições locais de 1998 estava relacionada com as suas preocupações em relação às eleições de 1999. Que o voto será administrado da mesma forma que nas próximas eleições locais, e Dhlakama exige que se volte ao sistema usado em 1994. Queremos o que tivemos em 1994 - um STAE com os representantes dos partidos e uma CNE com poderes para controlar o STAE, disse o presidente da Renamo.

1.2 milhões recenseam-se

O processo de recenseamento nacional que decorreu de 10 de Novembro a 7 de Dezembro inscreveu 1.2 milhões de eleitores novos ou transferidos. O recenseamento teve mais sucesso do que se esperava, e é agora provável que mais de 90% da população adulta esteja recenseada. Contudo, estima-se que 79.000 eleitores nas 33 municipalidades ficaram de fora. (Veja página 3)

O mês extra vai permitir que haja tempo para as correcções. Em Abril, O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral - STAE - vai enviar novas brigadas para as 33 municipalidades para corrigir os erros do recenseamento.

O tempo extra vai também permitir que os pequenos partidos e listas de cidadãos tenham mais espaço para compilar as suas listas de candidatos, e lidar com a papelada necessária para a inscrição.

A Renamo já se queixou das irregularidades e do que considera ser fraude no recenseamento. Isto é completamente rejeitado pela comunidade internacional em Maputo. O delegado da Comunidade Europeia, Álvaro Neves da Silva, disse: "Pedi evidências de fraude, mas não vi nenhuma evidência sobre fraude significativa e nem indicação de irregularidades intencionais que possam perigar as eleições." Mas, na sua conferência de imprensa, Dhlakama disse que "a Frelimo está a enganar a comunidade internacional."

A Renamo e alguns partidos políticos exigiram um recenseamento totalmente novo em 33 cidades e vilas e uma re-estruturação total do STAE e da CNE. Na sua entrevista ao Boletim, o Presidente da Renamo Afonso Dhlakama sugeriu que as eleições fossem adiadas até Outubro, para permitir isto.

Contudo, o processo detalhado de correcção planeado para Abril poderá satisfazer a maior parte dos candidatos.

Possível participação da Renamo

O Dhlakama é especialmente hostil para com o STAE. "O STAE é Frelimo; é um órgão partidário," disse ele no dia 17 de Março. "O critério de recrutamento [para o pessoal do STAE] só foi com base na confiança política. O STAE vai agora fabricar irregularidades e levar a cabo uma fraude eleitoral."

Na conferência de imprensa, ele argumentou que os erros eram intencionais, e que uma organização com tais tendências partidárias não se poderia permitir mudar os seus próprios erros sem que fosse observada.

Para que a Renamo participe nas eleições, "nós devemos participar no STAE e nas

Resposta ao Boicote

A resposta ao boicote da Renamo por parte da comunidade internacional não foi favorável. A Renamo tinha feito um boicote na noite anterior às eleições de 1994, e havia a preocupação de que a Renamo estava a estabelecer um padrão de comportamento.

Os diplomatas não estão satisfeitos. Um diplomata senior disse que "tornamos claro à Renamo que não os vamos poupar desta vez, como o fizemos depois do seu boicote de 1994." Um outro disse: "Não seremos maneatados pela Renamo."

A opinião geral era a de que as eleições foram organizadas por um parlamento e governo democraticamente eleitos, todos os partidos tiveram a oportunidade de participar, e que a não participação da Renamo foi uma escolha democrática.

Os diplomatas reuniram-se duas vezes este ano com o Dhlakama e uma vez com o Chissano nos princípios de Março, mas não houve ameaças nem pressão. Os diplomatas adoptaram uma atitude mais passiva do que em 1994; desta vez a solução do problema será Moçambicana e não internacional.

Contudo, os diplomatas estão preocupados com o que vão reportar aos seus países, e isto reflectiu-se através do Alto Comissário da Grã-Bretanha, Bernard Everett, que falava em nome da UE em Maputo: "A responsabilidade da decisão sobre a realização das eleições no país deve ser dos Moçambicanos e das suas instituições legalmente constituídas. Os representantes dos estados membros da União Europeia em Maputo estão, contudo, preocupados com o facto de que as eleições onde uma gama de opinião política não está representada, não seriam internacionalmente concebidas como contribuindo para a consolidação da democracia."

Com efeito, um boicote da Renamo seria aceitável desde que um número considerável de partidos participasse.

O Presidente Joaquim Chissano retomou esta linha de pensamento na sua conferência de imprensa de 13 de Março, ao dizer que se a Frelimo fosse a única a concorrer, então o teste seria a participação dos eleitores. Em muitos países só metade da população vota. Mas se você tiver um número de eleitores muito reduzido, a credibilidade das eleições pode ser questionada. Mas se houver uma participação massiva, isso seria a expressão do desejo do povo.

correcções." Mas ele sublinhou que a forma como isto deve ser feito dependia das negociações, o que já é uma mudança em relação à exigência a longo prazo de que o

STAE tenha representantes dos partidos. Ficou claro que ele não estava a exigir isto para as eleições locais: “queremos participar a nível local, mas não nos importamos com a palavra a ser usada - vice director, monitor, ou observador.”

A Renamo já teve várias reuniões com a CNE e parece ser provável que a CNE concorde com uma certa forma de gabinetes provinciais da CNE para supervisionar os STAEs provinciais.

Dhlakama também sublinhou que as correcções supervisionadas pela Renamo e outros partidos seriam aceitáveis, e que já não haveria a exigência de um novo recenseamento.

Uma vez que há tempo para fazer correcções, a participação da Renamo nas eleições de 30 de Junho parece ser agora provável.

6 Listas de Cidadãos para Candidatos

Seis listas de cidadãos (incluindo 3 em Pemba), seis partidos, e três coligações requereram à CNE até ao dia 26 de Fevereiro. Destes, 12 foram registados pela CNE e quatro (marcados ANR - ainda não registados - na lista abaixo) foram solicitados a fornecer mais informações. O novo prazo para os grupos se registarem poderá ser 29 de Março.

Só registaram-se três partidos existentes:

- Frelimo

- Pademo
 - PT - Partido Trabalhista
- Registaram-se três partidos novos:
- PUN - Partido da Unidade Nacional
 - Verdes de Moçambique
 - ALIMO - Aliança Independente de Moçambique Registaram-se três coligações:
 - APD - Aliança para a Democracia (Fumo, Monamo & PCN)
 - RUMO - Resistência para a Unidade de Moçambique (UDF, PPLM)
 - UD - União Democrática (Panamo, Panade, Palmo e talvez outros; ANR

Registaram-se seis listas de cidadãos:

- DEONA - Organização dos Desempregados de Nampula
- OCINA - Organização dos Candidatos Independentes de Nacala-Porto
- PRCM - Pemba - Renovação, Continuidade e Modernização
- Livres da Cidade de Pemba; ANR
- Associação Cidade de Pemba para a Ordem; ANR
- Juntos pela Cidade; ANR; Maputo

Destes, a UD ainda não está registada devido à confusão sobre qual dos partidos vai participar (a UD é o único partido, para além da Frelimo e da Renamo, representado no parlamento), a lista de Maputo por falta de símbolo, e as duas listas de Pemba por assinaturas insuficientes.

Recenseamento mais alto do que o esperado

Mais de 1.2 milhões de pessoas recensearam-se entre os dias 10 de Novembro e 7 de Dezembro. Esta foi a primeira das actualizações da lista de eleitores a nível nacional daquilo que passará a ser anual; este processo de recenseamento baseou-se nos cadernos de recenseamento de 1994.

A nível nacional, registaram-se 827,876 novos eleitores - 50% acima do número previsto. Esperava-se que os novos recenseamentos fossem principalmente de jovens que atingiram a idade de 18 anos desde 1994, mas a maior afluência nas províncias fronteiriças sugere um grande número de refugiados que regressaram depois das eleições de 1994. As províncias de Tete, Niassa e Manica registaram todas o dobro do número que se esperava.

Para além disso, 231,190 pessoas transferiram o seu registo porque mudaram-se desde 1994. Em Maputo, 2553 eleitores mudaram-se mais para fora do que para dentro da capital, enquanto que na Matola vizinha,

moveram-se mais 6593 para dentro do que para fora.

Finalmente, 163,301 pessoas com cartões de eleitor perdidos ou estragados substituíram os seus cartões.

Esta foi a primeira vez que os Moçambicanos no estrangeiro puderam inscrever-se; inscreveram-se 1694.

O número total de recenseados é agora de 7.2 milhões; este número estará a incluir alguns que morreram desde 1994, uma vez que ainda não se fez nenhuma tentativa para limpar a alista. Contudo, a CNE estima que isto é mais do que 90% da população adulta.

O processo de recenseamento envolveu 1770 brigadas, e o trabalho foi monitorizado por

5507 observadores dos partidos - 2183 da Renamo, 1727 da Frelimo, e os outros dos 8 partidos pequenos e uma coligação.

27% a votar em Junho

O recenseamento cobriu todo o país, mas as eleições de 30 de Junho só serão realizadas em 33 cidades e vilas. O STAE diz que há 1.96 milhões de eleitores que vivem nestes lugares, o que quer dizer que 27% da população total pode votar em Junho.

As maiores cidades com mais de 50.000 eleitores são: Maputo 509.021; Beira 209.493; Matola 195.274; Nampula 149.460; Quelimane 93.514; Chimoio 80.759; Nacala-Porto 77.216; e Maxixe 50.661. O lugar mais pequeno a ter eleições será Metangula (Niassa) com somente 4224 eleitores.

Problemas com os cadernos de 1994

Nunca se pensou que as futuras eleições iriam usar os cadernos de recenseamento de 1994. Os impressos preenchidos pelos eleitores em 1994 foram enviados para Maputo, onde se pretendia usá-los como dados para computarizar o registo. No evento, nenhum doador havia de pagar e isto nunca foi feito, o que causou um problema sério.

A lei eleitoral requer que depois de uma pessoa votar, se ponha um sinal de cruz nos seus nomes. Mas o registo de 1994 só tem um lugar para pôr o sinal de cruz das eleições de 1994; por outro lado, o STAE disse que, embora o livro de registo seja um documento público, o facto de que uma pessoa votou ou não era confidencial.

Assim, por aquelas duas razões, julgou-se necessário copiar, a mão, os 3760 cadernos de registo para as 33 cidades e vilas. Aproveitou-se esta oportunidade para dividir os cadernos de 1000 eleitores em cadernos de 500 cada, para agilizar o processo no dia das eleições.

Para a maior parte, a cópia foi feita antes do início do recenseamento, mas foi feita com tanta pressa que uma série de erros apareceram.

Houve também problemas consideráveis com os cadernos de registo de 1994. Depois das eleições, os cadernos tiveram que ser mandados para o STAE para serem arquivados, mas o STAE e a CNE acabaram as suas funções imediatamente depois das eleições, e o STAE nacional só depois foi re-instalado. Por isso não foi possível encontrar 370 cadernos (cerca de 10%) e alguns tinham-se deteriorado devido a ratos ou água, e estavam incompletos.

O STAE tinha a esperança de usar os impressos que tinham sido enviados para Maputo para reconstruir os livros perdidos, mas

descobriu que os impressos estavam muito mal arquivados, e muitos tinham-se perdido ou estragado.

No fim, muitos cadernos foram reconstituídos, mas ainda faltam 130 cadernos e os outros 59 estão incompletos. Uma estimativa de 79,235 eleitores estão fora das listas eleitorais. Isto é cerca de 4% do total.

Os cadernos perdidos estavam largamente distribuídos; Maputo e 11 outras cidades tinham a série completa de cadernos.

O pior lugar é Monapo, onde uma estimativa de 40% de eleitores ficaram de fora. Outras cidades com mais de 10% de eleitores omissos são: Xai-Xai, Manjacaze, Inhambane, Moatize, Angoche, Ilha de Moçambique, Lichinga, e Cuamba.

Reconstituição dos Cadernos

Há um registo de todos os cadernos que faltam e os que estão estragados, e onde o registo destes cadernos foi feito. (Na verdade, a Renamo publicou a lista no semanário independente Savana de 13 de Março.) O número de registo dos cartões dos eleitores começa com o número do caderno de registo, portanto, seria possível localizar os eleitores perdidos e registá-los.

Durante o mês de Abril equipas hão-de sair do STAE, com observadores dos partidos, para as localidades onde foram usados para o recenseamento em 1994, e vão visitar casas nas vizinhanças para contactar pessoas com cartões dos cadernos perdidos. Por exemplo, o caderno de recenseamento número 807, compilado na escola primária da Pedreira em Nampula, tem falta de eleitores com os números 251-999. Por isso, a equipa há-de ir de porta em porta para perguntar sobre os cartões com o número que começa com 0807, e voltar a registar as pessoas afectadas.

Sente-se, de uma forma geral, que todas as pessoas serão re-alistadas desta forma. Os monitores dos partidos com as equipas vão também ajudar a localizar os eleitores perdidos.

Outros problemas

O próprio processo de recenseamento teve também alguns problemas que mostraram que em algumas áreas as pessoas foram mandadas embora e tiveram que voltar de novo para se recensearem. A grande afluência mostra que as pessoas o fizeram.

O STAE estimou que as brigadas de recenseamento precisariam de lidar com uma média até 50 pessoas por dia. Mas algumas brigadas de recenseamento tomaram isto como uma meta e pararam de trabalhar quando processavam 50 pessoas por dia.

O recenseamento parou em várias áreas quando as brigadas acabaram o filme das câmaras fotográficas que se usavam para as fotos do B.I. Isto parece ter acontecido devido, em parte, às temperaturas em alguns lugares que eram mais altas do que o normal, estragando assim o filme, e em parte devido ao facto de as brigadas usarem o filme para tirar fotografias a familiares e amigos.

Finalmente, nem todos os carros e outro equipamento estavam prontos para começar no dia 10 de Novembro.

Todos foram lentos

Tem havido uma série de reclamações devido à lentidão por parte da CNE, STAE e doadores. Por exemplo, o STAE existe há mais de três anos e foi claro que os registos de 1994 seriam necessários, por isso alguns argumentam que o STAE devia ter começado mais cedo a recolher os registos e descobrir o que estava perdido, para que as correcções pudessem ser feitas em Novembro de 1997 e não em Abril de 1998.

Contudo, o processo depende dos fundos dos doadores, e muitos doadores recusaram-se a adiantar dinheiro, antes que a revisão de todas as leis tivesse sido aprovada. Com demoras nos procedimentos dos doadores, o dinheiro não foi

disponibilizado senão até Setembro, para um processo que devia começar em Novembro.

Isto levou a que alguns procedimentos, incluindo a substituição dos livros perdidos e a marcação dos limites das cidades, tivessem que ser feitas depois do recenseamento em vez de antes.

Também significou que havia tempo insuficiente para reparar os caros do STAE, muitos dos quais estavam ainda disponíveis das eleições de 1994.

Mas a CNE também tem sido lenta para aprovar os procedimentos de correcção e outros assuntos importantes, ao mesmo tempo que o STAE devia ter feito mais, mesmo sem dinheiro.

A Renamo tem criticado particularmente a constante lentidão da CNE e do STAE em publicar o problema dos livros de recenseamento perdidos, que já se sabia desde os meados do ano passado, mas não publicamente admitido até Novembro. Da mesma maneira, a lista dos livros perdidos tem estado a circular internamente por algum tempo, mas só foi publicada pela primeira vez no dia 13 de Março quando a Renamo publicou a lista que antes tinha sido dada aos seus membros da CNE.

Dhlakama olha para 1999 e 1994

Queremos eleições locais, mas há coisas que devem ser resolvidas agora para 1999, disse o Presidente da Renamo Afonso Dhlakama ao *Boletim*, numa entrevista no dia 10 de Março, ao explicar porque é que a Renamo inicialmente decidira retirar-se das eleições municipais. Ele sublinhou que a estrutura existente para as eleições locais é a mesma que será usada para as eleições nacionais de 1999, e isso é inaceitável. Ele disse que não queriam enfrentar o mesmo problema em 1999, por isso retiraram-se agora para tentar evitar problemas em 1999.

Dhlakama critica muito em particular o STAE, o secretariado técnico, que o considera responsável pela fraude e pela incompetência no processo de recenseamento, o qual é a Frelimo. "Todo o processo está nas mãos da Frelimo; O STAE é Frelimo porque o aparelho de estado ainda é Frelimo," disse ele.

Quando ele foi perguntado sobre o Alberto Razul, o director adjunto do STAE, que foi nomeado para esse posto pela Renamo em 1994 e ainda se mantém no posto e às vezes substitui o director, o Presidente Dhlakama rejeitou: "ele é um funcionário do estado que tem agora a confiança da Frelimo; ele não tem nenhuma utilidade para nós. E o STAE tem centenas de pessoas; uma não faz diferença."

"Qualquer pessoa que pensa que o STAE é independente não tem cabeça". E ele disse que aquele era o mesmo STAE que terão em 1999.

"Devemos resolver isto agora; não podemos ter o mesmo STAE no próximo ano."

No ano passado [no parlamento] previmos que isto havia de acontecer. É por isso que "tentamos dizer à Frelimo que a lei não era boa. Se no ano passado a Frelimo tivesse aberto o STAE aos nossos técnicos, conforme pedimos, não teria havido reclamações agora, porque as pessoas haviam de dizer-me: 'os teus técnicos estão lá dentro'", disse ele.

O Presidente da Renamo argumenta também que os STAEs provinciais não estão sujeitos ao controle da CNE porque a CNE só existe em Maputo e não nas províncias.

Assim ele volta para as reclamações feitas pela Renamo e rejeitadas pela Frelimo no parlamento quando a lei eleitoral foi aprovada no ano passado. Nós queremos o que tivemos em 1994 - um STAE com representantes dos

partidos e uma CNE com poderes para controlar o STAE.

Ele critica muito em especial o tratamento, pela CNE e STAE, dos cadernos de recenseamento perdidos, os quais chamou de "brincadeira de mau gosto". Ele disse que a CNE e o STAE continuaram a dizer que não havia problemas e só admitiram dificuldades quando a Renamo as publicou. E quando começamos a apresentar as nossas irregularidades à CNE, o porta voz deles começou a mentir sobre as nossas posições, por isso tivemos que nos retirar, disse ele.

Dhlakama estava particularmente desapontado com a sua reunião de 9 de Março com o Presidente Joaquim Chissano: Eu pensei que o Presidente havia de trazer soluções, mas não o fez. A Frelimo não compreendeu. Com efeito, isto não veio até 13 de Março quando o Chissano disse que um adiamento de um mês era possível.

Ao discutir o boicote, Dhlakama disse ao Boletim que já avisamos os nossos simpatizantes para não participarem nas eleições. mas não vamos proibir ninguém de votar; todos têm direito e podem votar.

"Nós somos agora uma oposição construtiva, mas a Frelimo está a puxar-nos para as ruas", avisou o Dhlakama. Se a Frelimo não fizer nada [para mudar as regras das eleições], "isso significa ditadura". A Renamo poderia mobilizar as pessoas para se oporem à ditadura da Frelimo. Não queremos fazer isso, mas como na Europa nós vamos sair à rua com as pessoas. Haveria uma desobediência civil generalizada para derrubar o governo.

Reclamações de fraude por parte da Renamo

O Presidente da Renamo Afonso Dhlakama fez duas reclamações específicas ao Boletim. Ele disse que em Mocuba a Frelimo trouxe antigos combatentes da Frelimo que vivem à 90 Km para serem registados, à medida que retiravam os cartões de recenseamento dos antigos combatentes da Renamo, que estão agora integrados no exército e estacionados nos quartéis locais.

Muitos diplomatas disseram ao Boletim que uma equipe da CNE chefiada pelo membro da Renamo Marcelino (ex-José de Castro) tinha ido a Mocuba e não descobriu nenhuma prova de fraude. Dhlakama disse ao Boletim que a equipe estava a investigar outra coisa, e não as suas acusações. A CNE ainda não publicou um relatório.

O Presidente da Renamo disse também que as equipes de recenseamento usaram edifícios dos GD (grupos dinamizadores) em Nampula e Nacala-Porto, e uma vez que o GD é um corpo

do partido da Frelimo, isto é ilegal. Os oficiais do STAE desmentem categoricamente que os edifícios do GD tenham sido usados. Esta é uma reclamação que podia ser investigada independentemente.

Reclamações de fraude rejeitadas

A comunidade internacional tem rejeitado terminantemente as reclamações da Renamo sobre a fraude no recenseamento. Ela aceita que há erros e irregularidades. Mas um embaixador conhecedor da situação comentou: "Eu pedi provas sempre que tive a oportunidade de analisar as alegações, concluí que não havia problema. Não encontro nenhum fogo por detrás do fumo. Tem havido irregularidades mas não beneficiam nenhum partido, e não vi nada que indique fraude significativa."

Renamo deixa a CNE

Os três membros da Renamo da CNE, Francisco Marcelino, João Almirante e Juliano Picardo suspenderam a sua participação no dia 29 de Janeiro, embora se espere que agora venham a regressar.

A CNE continuou a funcionar porque tinha membros suficientes para reunir, conforme especificado na lei.

Numa carta ao Presidente da CNE, Leonardo Simbine, fizeram uma objecção ao que viram como sendo falha da CNE em discutir os problemas do recenseamento eleitoral, e especialmente a "arrogância" do porta-voz da CNE, Carlos Manuel, ao dizer à imprensa no dia 23 de Janeiro que nenhum partido fizera protestos formais à CNE e que a CNE não tinha motivos para refazer o recenseamento.

A Renamo tinha feito inúmeras reclamações ao STAE a nível provincial e nacional. Os três membros da CNE sentiram que estas reclamações não eram levadas a sério, e objectaram que os comentários do Dr. Manuel não se baseavam numa decisão da CNE.

Os três homens da Renamo também reclamaram que o Dr. Simbine nunca respondeu à sua carta.

Juliano Picardo sublinhou que a sua retirada não estava ligada ao assunto genérico de refazer o recenseamento, mas sim à questões como os assuntos são tratados na CNE, que sentiram marginalizar os membros da Renamo.

Ele disse que a CNE só se reunia uma vez por semana, o que não era suficiente para fazer o trabalho, e significava que assuntos como recenseamento não eram abordados com profundidade. Também tornou impossível fazer a supervisão adequada ao STAE.

Podemos voltar para a situação de 1994?

A exigência da Renamo segundo a qual se deve voltar aos procedimentos eleitorais de 1994 e montar uma máquina eleitoral maior e muito cara, tem estado a provocar uma controvérsia substancial.

A linha tomada pelo governo - e largamente apoiada pelos doadores - tem sido a de que o processo de paz, internacionalmente apoiado, acabou com as eleições de 1994 e agora Moçambique é um país democrático com um governo e parlamento eleitos.

A comunidade internacional reconhece que ainda há uma falta séria de confiança, especialmente por parte da Renamo. Afonso Dhlakama disse ao Boletim que leva tempo para mudar o aparelho de estado e torná-lo independente do governo. A Frelimo está no poder há 22 anos, e quatro anos não é tempo suficiente para mudar.

Contudo, os diplomatas estão a criticar cada vez mais o que consideram como sendo a incapacidade da Renamo de se mover para a frente, e o facto de ela agir como se ainda estivesse a negociar um acordo de paz. Eles acham que Dhlakama ainda sente que os problemas deviam ser resolvidos entre os dois líderes, como o foram em 1992-1994. Com efeito, na sua conferência de imprensa de 17 de Março, Dhlakama disse que as negociações presentes sobre o retorno ao processo eleitoral, são como as negociações de Roma em 1992.

Há também uma preocupação de que a Renamo ainda sente que ela pode chamar os diplomatas para resolverem as dificuldades, como podia fazer quando a comunidade internacional era uma garantia não oficial do processo de paz. Mas essa era já acabou.

Um diplomata senior disse: "As pessoas filiam-se num partido para concorrer às eleições; não se filiam a um partido político que está sempre a boicotar as eleições. O verdadeiro problema é que a Renamo ainda não é um partido, e que o processo democrático em Moçambique ainda não produziu uma oposição capaz de apresentar uma visão alternativa."

Contudo, é possível que seja necessário tomar medidas para criar confiança, de modo a que as eleições de 1999 venham a correr suavemente.

Picardo reclamou também que os membros da CNE não se lhes tinham sido fornecidos cartões de identidade especiais da CNE, conforme é exigido pelas próprias regras da CNE. E argumentou que os membros da CNE deviam receber carros e condutores, e que deviam receber um tratamento protocolar

especial tal como o uso da sala VIP no aeroporto.

Mas na sua perspectiva sobre a CNE, Picardo fez uma crítica ainda mais fundamental às estruturas, e argumenta a favor da necessidade de mudar a lei. Ele argumenta que a CNE devia ser a tempo inteiro e permanente; se se espera que as pessoas regressem aos seus antigos postos de trabalho depois de alguns dias, elas vão reter as antigas fidelidades. Por exemplo, três membros da CNE são funcionários do Ministério da Administração Estatal, enquanto que Picardo é ele próprio oficial da Renamo. A CNE só funciona em períodos curtos à volta das eleições, e isto não é tempo suficiente para a CNE aparecer em conjunto como um órgão verdadeiramente funcional e independente, disse ele.

Em vez disso, as pessoas retêm as suas antigas lealdades e defendem os interesses partidários. Quando levantamos problemas de recenseamento, os membros da Frelimo dizem "Ah, a Renamo só está a tentar criar confusão", disse Picardo.

Ele acha que a CNE não funciona bem por causa de tensões políticas, e leva tempo para as pessoas aprenderem a trabalhar juntas. A CNE não pode desaparecer pura e simplesmente entre as eleições.

Picardo também defende o retorno ao sistema de 1994. A CNE era então, diz ele, o corpo executivo; agora o STAE é o corpo executivo e só responde à CNE que não tem um controle real.

Ausência de observadores estrangeiros

As "organizações sociais" e as "personalidades de reconhecida idoneidade, experiência e prestígio" que "sejam nacionais e não partidárias" podem ser observadores independentes das eleições locais de 30 de Junho. Todos os observadores nomeados pelas organizações sociais "devem ser de a nacionalidade Moçambicana".

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) aprovou o regulamento da observação no dia 20 de Janeiro e anunciou-o no dia 5 de Fevereiro. O regulamento diz que "a observação eleitoral constitui uma actividade importante para o reforço da objectividade e da credibilidade do processo eleitoral."

Os observadores terão a oportunidade de observar a campanha, a votação e a contagem (que tem lugar na assembleia de voto, imediatamente depois do fecho da assembleia de voto). Podem entrar nas assembleias de voto e pedir esclarecimentos ao pessoal das eleições. Estão livres de comunicar com os partidos, candidatos e a sociedade civil em geral.

Os observadores são solicitados a transmitir aos oficiais das eleições, informações sobre quaisquer "constatações" que se tenham verificado, e fazer um relatório por escrito à CNE sobre quaisquer "anomalias verificadas".

As organizações que queiram o estatuto de observador podem requerer pelo menos 15 dias antes do início da campanha eleitoral - isto é, os requerimentos devem dar entrada até ao fim de Maio. Cada observador, quer agindo como indivíduo ou como parte de um grupo, deve ter uma credencial pessoal passada pela CNE.

Os observadores estão livres de visitar uma ou mais assembleias de voto, mas não pode haver, ao mesmo tempo, mais de cinco observadores independentes numa assembleia de voto. Os partidos são permitidos ter um delegado de lista em cada assembleia de voto.

Os observadores que fizerem qualquer coisa para indicar a sua afiliação política ou apoio perderão as suas credenciais.

A restrição aos observadores moçambicanos e a exclusão de cidadãos estrangeiros é uma rejeição explícita de exigências feitas por várias embaixadas, com realce dos Estados Unidos, no sentido de que pelo menos residentes e pessoal das ONGs e diplomatas fossem permitidos observar. A restrição é estabelecida no artigo 3 e 10 do regulamento. Sublinha o desejo de que isto deve ser um assunto entre Moçambicanos, e não uma eleição gerida pelos doadores.

Mas os Estados Unidos e outras embaixadas rejeitaram isto, e agora dizem que as pessoas com passaportes diplomáticos são isentos das leis nacionais, e por isso os diplomatas (e seus cônjuges) têm o direito de entrar nas assembleias de voto mesmo sem permissão, e que vão fazer isso. As negociações com a CNE continuam.

Moçambique precisa alívio de dívida de mais US\$ 180 m

Apesar das negociações intensas, Moçambique ainda não recebeu o alívio da dívida ao abrigo da HIPC (Países Pobres Altamente Endividados). A HIPC foi estabelecida pelo Banco Mundial e pelo FMI para os países mais pobres, e esta foi a primeira vez que estas instituições multilaterais concordaram em cancelar uma dívida.

Sob a HIPC, o encargo da dívida Moçambicana é considerado "sustentável" se for reduzido a 200% das exportações anuais, e o serviço anual de dívida a 20% das exportações. Para alcançar isto, até 80% da dívida pode ser cancelada. Mas estes números não se somam. Moçambique precisa de facto de 90% do cancelamento da dívida para alcançar o nível de "sustentabilidade".

Número de assentos

Para todas as cidades e vilas, à excepção de Maputo, o número de assentos na assembleia local é determinado pelo número de eleitores. Para as 33 cidades e vilas o número de assentos é o seguinte:

| | |
|--------------------|----|
| Maputo | 59 |
| Matola | 43 |
| Manhiça | 13 |
| Xai-Xai | 31 |
| Chibuto | 17 |
| Chókwè | 17 |
| Manjacaze | 13 |
| Inhambane | 17 |
| Maxixe | 31 |
| Vilanculos | 13 |
| Beira | 44 |
| Dondo | 21 |
| Marromeu | 13 |
| Chimoio | 39 |
| Manica | 13 |
| Catandica | 13 |
| Tete | 31 |
| Moatize | 13 |
| Quelimane | 39 |
| Mocuba | 21 |
| Gurué | 17 |
| Milange | 13 |
| Nampula | 41 |
| Nacala | 39 |
| Angoche | 21 |
| Monapo | 21 |
| Ilha de Moçambique | 17 |
| Lichinga | 21 |
| Cuamba | 21 |
| Metangula | 13 |
| Pemba | 31 |
| Montepuez | 17 |
| Mocimboa da Praia | 17 |

Os doadores bilaterais reuniram-se em Paris no dia 21 de Janeiro, e não conseguiram chegar a um acordo. A Alemanha, a França e o Japão opuseram-se a qualquer cancelamento superior a 80%, mesmo que o resultado não venha a ser sustentável. (A reunião de Paris foi mais ou menos antes do aniversário dos 45 anos do acordo de Londres de 1953 sobre a dívida Alemã. Nessas negociações, a Alemanha argumentara que 10% do serviço de dívida para exportar não era sustentável e os aliados concordaram em cortar a dívida para precisamente 5% - um quarto daquilo que a Alemanha diz que Moçambique devia pagar.)

Depois de negociações extensas em Paris, os credores bilaterais chegaram a um acordo que continua confundido e confuso. Para alcançar um nível "sustentável," o Clube de Paris precisaria de cancelar 90% da dívida Moçambicana. Isto custaria ao Clube de Paris

um valor extra de \$270 milhões, e os países fora do Clube de Paris e bancos comerciais mais um valor de \$80 milhões (uma redução total de 350 milhões).

No fim, o Clube de Paris só concordou em dar mais \$170 milhões numa mistura de alívio de dívida, trocas e ajuda. Isto deixou em falta \$100 milhões com mais perguntas sobre os outros \$80 milhões.

Entretanto, Moçambique não ganha nenhum dinheiro do acordo da HIPC, porque os pagamentos de dívida “sustentável” no futuro serão maiores do que o serviço de dívida que Moçambique está agora a pagar.

Revisão Literária

Guide to Mozambique por Philip Briggs, 1997, Brab't Publications, 41 Nortoff Rd, Chalfont St Peter SL9 OLA, England, £11,95, pp 230, ISBN 1-898323-45-3.

Guide to Mozambique por Mike Slater, 1997, Struik Publications, 80 Mckenzie St, Cape Town 8001, pp 176, ISBN 1-86872-013-6.

Mozambique - Globetrotter Travel Guide por Mike Slater, 1997, New Holland, 24 Nutford Pl, London W1H 6DK & Struik, Cape Town, pp 128 (pocket size), ISBN 1-85368-452-2.

A publicação de três livros-guia é uma clara indicação de que a guerra acabou, e Moçambique está já a tornar-se num destino turístico importante.

Ambos os autores são Sul Africanos que gostam de Moçambique. Todos os três livros-guia são razoáveis e fornecem todas as informações essenciais, com listas de hotéis, restaurantes e mapas; não encontrei grandes erros. O guia Globetrotter é suficientemente pequeno para caber no bolso, mas isso limita as suas informações. Ele cobre principalmente o sul do Rio Zambeze.

Dos dois guias de tamanho maior, prefiro a versão de Philip Briggs. Os seus mapas de cidades e vilas são mais claros, mesmo indo para lugares pequenos como o Alto Molocué e mostrar pontos importantes de interesse turístico, restaurantes, etc. O guia de Briggs também contém mais informações e cobre melhor o norte de Moçambique; por exemplo, ele relata correctamente como chegar a Ibo e onde encontrar acomodação.

Também achei Briggs mais simpático. Ele começa por sublinhar que “a guerra de Moçambique não era de maneira nenhuma civil, mas uma continuação da luta do apartheid e da guerra fria desencadeadas no território de uma nação Africana obscura”

Achei o Slater um pouco arrogante, tal como os Sul Africanos são em Moçambique. Por exemplo, Slater põe maior ênfase em turistas serem obrigados a pagar mais e precisarem de regatear, enquanto que o Briggs é mais equilibrado no assunto.

Guião das Autarquias Locais, por Armando Teixeira Alves & Benedito Ruben Cossa, 1997, Ministério da Administração Estatal (MAE) & GTZ, 1997, pp 55.

É um guia claro para os concelhos e eleições locais; é feito em forma de perguntas e respostas. É menos

detalhado do que o *Guia Básico* da AWEPA, mas contém o essencial.

Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil, ed David Sogge, 1997, Gemeenschappelijk Overleg Medefinanciering (GOM), PO Box 77, 2340 AB Oegstgeest, The Netherlands, Dfl 25, pp 241, ISBN 90-802625-0-1. (Edição Inglesa: *Mozambique: Perspectives on aid and the civil sector*, ISBN 90-802625-8-7, brevemente).

Uma tentativa de escritores principalmente Moçambicanos de olharem para a interacção da ajuda e da sociedade civil (particularmente ONGs) encontra um forte criticismo por parte de agências estrangeiras. O estudo foi financiado pelo GOM, uma coligação de quatro ONGs Holandesas, e seria interessante ver como é que eles vão responder às vozes de Moçambique.

José Negrão, por exemplo, destroe alguns dos mitos sobre os quais as ONGs estrangeiras baseiam o seu trabalho, e propõe pontos de partida alternativos. Yussuf Adam e Humberto Coimbra apontam para as contradições entre o discurso das ONGs internacionais e o seu trabalho no terreno - eles dizem que querem aliviar a pobreza, mas eles tendem a trabalhar nos distritos mais ricos. Adam e Coimbra fazem ver que os seus próprios estudos rurais extensos mostram que os pobres colocam considerações económicas (estradas, lojas, comercialização, aumento de rendimentos) no ponto mais alto e colocam a saúde e a educação no ponto mais baixo. ao passo que os doadores dão mais importância à saúde e educação. Tinie van Eijs e Teresinha da Silva, escrevendo sobre eques sectores sociais, fazem um apelo apaixonado para que “as agências de ajuda, antes de tudo o mais, devolvam a direcção e a liderança do processo aos Moçambicanos.”

‘Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique’ foi traduzido por Arão Litsure.
Título Original: ‘Mozambique Peace Process Bulletin’